



*Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão*

OAB/MG: 79.160 OAB/SP: 436.161

MASP: 872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

## DENÚNCIA:

**EMERSON ANTONIO GALVÃO**, brasileiro, advogado, **Conselheiro Municipal de Saúde de Igarapava**, portador da OAB/MG.: 79.160 e da OAB/SP.: 436.161 e do CPF.: 863.456.216-68, **no uso de suas atribuições de Conselheiro, delegadas pela Lei Federal 8142/90, Lei Municipal 552/2013 e pelo Decreto Municipal 2179/2019, com base nas mesmas leis e mais**, com fundamento na Lei 8080/90, Decreto 7148/11 e principalmente na Constituição Federal, artigo 5º vem nessa procuradoria de Justiça **FORMALIZAR A DENÚNCIA ORA EM RESUMO E QUE ACOSTADA SE SEGUE:**

### DENUNCIADOS:

- **JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR**, prefeito Municipal de Igarapava brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 23.646.285 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 162.070.128-60 residente e domiciliado na Cidade e Comarca de Igarapava, Estado de São Paulo;

- **MARCELO ORMENEZE**, brasileiro, contador, casado, portadora do RG 23.981.936-6 - SSP-SP e do CPF: 138.756.698-94, também residente em Igarapava, **atualmente exercendo a função de interventor Municipal no Hospital Santa Casa de Igarapava;**

- **MURILO SILVEIRA SOARES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o número 311.759, portador do RG 44.097.305-3, com domicílio na rua Cap. Chico Ribeiro, 336, Centro, na cidade de Igarapava/SP, CEP 14540-000 – Ex – **Diretor de Saúde de Igarapava até janeiro 2021.**

- **GETÚLIO PEREIRA**, brasileiro, residente e domiciliado a rua Antônio Bortoleto, 362 – Bairro Jardim Nova Igarapava, Portador do RG.13. 758.803-4 – e do CPF.:823.294.358-00, **Ex-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Igarapava, condição em que atuou até 27 de janeiro de 2021.**

E, nas qualidades acima, principalmente na condição de **FISCAL da execução e dos serviços do SUS, vem REQUERER A IMEDIATA INSTALAÇÃO DO(S) RESPECTIVO(S) INQUÉRITO(S)** a fim de apurar a prática dos crimes que, doravante passo a declinar assentado nas provas que também colaciono.

### 1 – DA LEGITIMIDADE DO DENUNCIANTE:

A atribuição de fiscalização do Conselho Municipal de Saúde (e de seus membros) é de ordem e natureza legal, mediante as bases acima descritas. Portanto é legítimo o denunciante ademais, a função de conselheiro suplanta qualquer representação de seguimento sendo esta, nos termos da Lei Municipal 552/2013 e da Lei Federal 8142/90 de **relevância pública**, (leis em anexo).

### 2 – DA COMPETÊNCIA DO TCE/SP:

**Considerando que**, as condutas descritas na denúncia encaminhada tanto ao MPE quanto à Procuradoria da República demonstram, sobremaneira a evidente existência de conluio dolosamente estabelecido com vistas a **lesar os cofres do município de Igarapava.**

Assentado na premissa de que, cientes da denúncia em anexo, no que se refere sobretudo à **completa ausência de regular trâmite para realização de convênios para repasse de recursos bem como a total ausência de regular trâmite e aprovação das contas relativas ao SUS, do município de Igarapava, por parte do Conselho Municipal de Saúde**, compete ao atuante tribunal, investigar e manifestar-se sobre



*Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão*

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

as mesmas, sendo, neste caso desnecessário uma vez que, **a peça em anexo, bem como os demais documentos que instruem a presente, são a completa e absoluta demonstração de tudo que se alega, de mister que esse tribunal, inclusive por meio da competente procuradoria de contas, verifique a gravidade dos eventos.**

### **3 – DO RESUMO DOS FATOS:**

Em 23 de julho de 2019 o primeiro denunciado prefeito municipal **JOSÉ RICARDO MATTAR**, em comunhão de interesses com **MURILO SANTOS**, então Diretor do Departamento Municipal de Saúde, mediante prévio ajuste com **GETÚLIO PEREIRA**, então presidente do Conselho Municipal de Saúde, promoveram uma intervenção mediante requisição do Hospital de Igarapava. Santa Casa.

Isto se deu mediante a Edição de Decreto que nomeou **MARCELO ORMENEZE**, como interventor Municipal.

**Fato** é que a única finalidade de tal implemento foi somente eleitoral, isto é, forjou-se diversas situações ainda não provadas para que, de posse do hospital, o prefeito pudesse dele fazer todo tipo de mecanismo para promoção de sua futura e concluída candidatura a novo mandato. O que conseguiu.

Porém, após a assunção de **MARCELO** na condição de interventor, tendo **MURILO** como operador dos repasses e **GETÚLIO** como comparsa, **simplesmente cessaram todas as regulares fiscalizações por parte do Conselho Municipal de Saúde. E, doravante livremente passou-se a repassar toda sorte de recursos então bloqueados pelo governo municipal ao Hospital Santa Casa.** Onde lá, passaram a ser “geridos” pelo outro comparsa Marcelo.

Isso entre outros dados foi detectado pelo próprio Ministério da Saúde quando apurou desvio de verbas de Média e Alta Complexidade - MAC (não incorporadas) que foram desviadas através de aprovação de lei municipal beneficiando diretamente o Diretor de Saúde MURILO SANTOS.

Enquanto isto, o Prefeito JOSÉ RICARDO, em clara afronta a lei e acobertado por **GETÚLIO**, mesmo diante de plena vedação legal, **aparelhou** o Conselho Municipal de Saúde para que **não mais ocorresse qualquer averiguação, fiscalização, enfim, nada!**

Após a intervenção se haviam, todas as atividades de fiscalização por parte do Conselho Municipal de Saúde de Igarapava cessaram.

- **Convênios são feitos sem qualquer exame;**
- **Não há regular prestação de contas;**
- **Todas as certidões do Hospital estão vencidas;**
- **Mesmo diante de Decreto específico editado pelo prefeito para dar “ares” de normalidade e publicidade a suposta equipe de fiscalização JAMAIS atuou;**
- **Detectou-se “fura fila” na recepção de vacinas entre outros gravíssimos problemas.**

De mais a mais, foi levada a questão para o conhecimento do MPE, em peça que segue anexa com toda descrição dos crimes, bem como já dito, ao **MPE**, para apurar aqueles de sua competência, já apontando, de toda sorte a existência do desvio de valores já devidamente apurado pelo Ministério da Saúde.



*Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão*

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

Não posso, na condição de conselheiro abordar outros, uma vez que, contrariando também a lei, os requerimentos de recepção e exame de documentos não são atendidos.

Após a assunção de Marcelo e de todos os eventos relatados as dívidas envolvendo o Hospital estão levando-o a “beira do fechamento”.

De forma artificial para que a população não tome conhecimento disto, o prefeito José Ricardo, **igualmente sem qualquer consulta ao Conselho Municipal de Saúde (Lei Federal 8142/90) vem prorrogando de forma artificial a intervenção.**

Em resumo, são estas as sérias situações.

#### **4 – REQUERIMENTOS:**

Isto posto, considerando que os elementos são os mesmos encaminhados ao MPE e já devidamente protocolizados também no Ministério Público Federal, encaminho ao TCE-SP, para as providências necessárias à correta apuração, ao final, determinando-se eventuais responsabilidades.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.  
Igarapava-SP, 15/02/2021.

**EMERSON ANTONIO GALVÃO**  
**Conselheiro Municipal de saúde de Igarapava**